



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 22/13

Declara de Utilidade Pública o
Observatório de Gestão Pública de
Londrina, com sede e foro no
Município de Londrina.

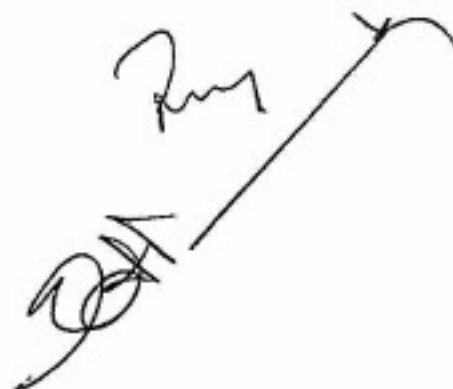
Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Observatório
de Gestão Pública de Londrina, com sede e foro no Município de
Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 172/13

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de São João do Triunfo.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São João do Triunfo, de imóvel urbano com área total de 1.200,00 m², situado na Rua Getúlio Vargas, no Município de São João do Triunfo, conforme descrito na Transcrição nº 5.546 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São João do Triunfo.

Art. 2º O imóvel em questão será usado exclusivamente para serviço público.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 190/13

Institui o Sistema de Gestão
Integrada dos Recursos
Financeiros do Estado do
Paraná – SIGERFI PARANÁ.

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ, destinado a centralizar em conta bancária do "Governo do Estado" as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Estado e dos fundos estaduais.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as instituições financeiras e de seguros, direta ou indiretamente controladas pelo Estado; as empresas públicas e sociedades de economia mista de capital aberto; a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, os fundos de natureza previdenciária administrados pela PARANAPREVIDÊNCIA; os fundos compostos exclusivamente por recursos federais; os fundos decorrentes de vinculações constitucionais; e os recursos oriundos de convênios ou contratos que exijam segregação.

Art. 2º O SIGERFI PARANÁ é um instrumento pelo qual a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA administrará as disponibilidades financeiras da Administração Direta e Indireta do Estado, propiciando a maximização dos ganhos na aplicação de recursos disponíveis e a flexibilização no direcionamento dos recursos, de maneira a contemplar o suprimento de metas e programas traçados pelo Governo Estadual.

§ 1º O SIGERFI PARANÁ será administrado pela SEFA e executado por instituição financeira oficial.

§ 2º A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de seus integrantes, sem prejuízo ao disposto na Lei Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º Os órgãos e entidades que realizarem arrecadações de recursos fora das instituições financeiras públicas ou privadas contratadas pelo Estado do Paraná deverão transferi-los, quando tornados disponíveis para movimentação, à instituição financeira responsável pela execução do SIGERFI PARANÁ.

§ 4º As aplicações financeiras existentes na data da publicação desta Lei deverão ser resgatadas quando de seu vencimento e colocadas à disposição do SIGERFI PARANÁ, em nome do respectivo órgão ou entidade.

Art. 3º Compete à Secretaria de Estado da Fazenda:

I - gerenciar os saldos disponíveis diários existentes na conta centralizadora;

II - celebrar contratos e convênios com as instituições participantes do SIGERFI PARANÁ;

III - analisar e apreciar previamente os fluxos financeiros dos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ, autorizando a sua execução;

IV - fiscalizar o cumprimento das normas de que trata o SIGERFI PARANÁ, inclusive quanto aos valores autorizados no fluxo financeiro;

V – observar as normas de contabilidade no gerenciamento dos recursos, mantendo os registros contábeis individualizados dos valores correspondentes a cada órgão e entidade integrante do sistema, bem como dos respectivos rendimentos, com absoluta transparência e fidelidade;

VI – fornecer imediatamente as informações contábeis sempre que solicitadas pelos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ;

VII – definir o cronograma de implantação dos órgãos e entidades no SIGERFI PARANÁ.

Art. 4º Compete aos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ manter controle contábil das transferências efetuadas para a conta centralizadora e informar, com antecedência mínima de 48 horas, a relação discriminada por item, dos pagamentos, informando disponibilidade orçamentária, credor e respectivo valor.

Art. 5º Os recursos alocados à disposição do SIGERFI PARANÁ poderão ser remunerados, conforme contrato ou convênio a ser estabelecido entre a SEFA e os órgãos e entidades integrantes do sistema.

Art. 6º O Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado poderão aderir ao SIGERFI PARANÁ mediante ajuste a ser celebrado com o Poder Executivo.

Art. 7º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará o funcionamento do SIGERFI PARANÁ.

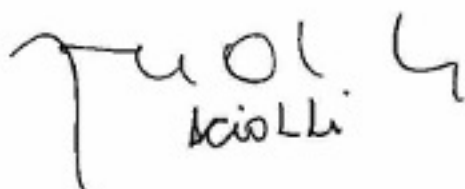
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Nels Lima
Relator


Paulo Elói


Paulo Lio



DEP. DR. EDSON PRACZYK

Assembleia Legislativa do Paraná

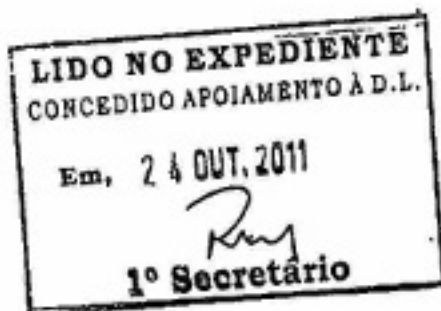
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

D. L.

Fls. 1

PROJETO DE LEI Nº 833/11



Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares.

Art. 1º Ficam os bares, hotéis, restaurantes, fast-foods, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor, relação de todos os itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de calorias a ser adquirida na ingestão dos produtos, bem como a necessidade calórica de consumo diário para indivíduos por faixa etária e atividade.

§ 1º A relação de que trata o art. 1º deverá ser elaborada e assinada por Nutricionista, com o respectivo número de sua inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas.

§ 2º A quantidade de calorias deverá constar ao lado de cada produto, nos cardápios e tabelas expostos nos referidos estabelecimentos.

Art. 2º Nos casos de itens de consumo de quantidade variável, a critério do consumidor, como restaurantes de comida a quilo e outros, a quantidade de calorias de que trata o art. 1º deverá ser especificada por cada gramas de produto consumido.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Os estabelecimentos de que trata a presente Lei terá o prazo de (180) cento e oitenta dias a partir de sua entrada em vigor, para se adequarem ao seu cumprimento.

8237

15228 24/10/2011 08:23:39 DEP. EDSON PRACZYK



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

D. L.

Fls. 2

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

Art. 5º O não cumprimento da presente Lei fica sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência por escrito;
- II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- III - cassação da Inscrição Estadual.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 24 de outubro de 2011.

PR. EDSON PRACZYK
DEPUTADO ESTADUAL - PRB



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

Justificativa:

A divulgação de um estudo sobre desnutrição e obesidade no Brasil mostrou que o número de obesos está ultrapassando o de desnutridos e, que sem uma urgente reeducação alimentar, no futuro, poderemos ser conhecidos como o país dos gordinhos.

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em conjunto com o Ministério da Saúde e divulgados recentemente, apenas comprovam aquilo que qualquer pessoa percebe andando pelas ruas e, ainda, confirmam a tendência que os médicos já vinham constatando nos consultórios: o número de obesos cresce vertiginosamente no Brasil.

Conforme o levantamento, mais de 38 milhões de pessoas em nosso país estão com o peso acima do recomendado e, desse total, em torno de 10 milhões são considerados obesos. Para quem achava que o problema da obesidade ficava restrito aos americanos - exportadores do modelo fast food, o estudo surpreendeu.

Ficou provado que o Brasil não escapa desse negro quadro. Para a Organização Mundial de Saúde, a obesidade é a principal epidemia do começo do século e, para os especialistas brasileiros, a importação de novos e piores hábitos alimentares contribuiu em muito para que o país entrasse nesse fatídico clube.

A obesidade é uma doença crônica e como tal deve ser tratada. Muito além de um problema estético, o excesso de peso se associa a um grande número de outras doenças, além de estar relacionada com o fator físico, a obesidade causa grande impacto social na vida das pessoas, uma vez que ocasiona, frequentemente, problemas psicológicos, como por exemplo, perda da auto-estima, ansiedade e depressão.



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

A esmagadora maioria dos profissionais de saúde concorda que o tratamento da obesidade deve passar por uma série de medidas reeducativas. Elas vão desde o comportamento e hábitos alimentares à alteração de estilos de vida sedentários em que a população faz cada vez menos exercícios, ao mesmo tempo em que aumenta o consumo de gorduras. Na concepção dos médicos, muitos fatores contribuem para a obesidade, entre eles, a tendência genética, contra a qual pouco se pode fazer, o sedentarismo, e o hábito de comer muito e gastar poucas calorias, fatores que podem ser combatidos pela reeducação alimentar e, também, por mudanças de hábitos de vida.

Nota-se que boa parte da população que sofre dos males da sociedade moderna, como a obesidade, o diabetes e as altas taxas de colesterol, alimenta-se nos fast-foods, bares, lanchonetes e restaurantes, sem ter consciência do teor de gordura e calorias dos alimentos.

Deve-se considerar que se o consumidor tiver conhecimento sobre o que está ingerindo, terá como equilibrar a sua alimentação e poderá ter sua atenção despertada para a necessidade de se alimentar melhor para ter uma vida com mais qualidade.

Salienta-se ainda, que o conhecimento do valor calórico dos alimentos é vital para a sociedade, mas esse tipo de informação é divulgada apenas nos produtos industrializados e nas prateleiras dos supermercados, contudo, o alto índice de doenças geradas pela má alimentação demonstra que ainda não é o suficiente.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a acolhida da presente proposição e aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 839/11

Projeto de Lei nº 839/11

Autor: Deputado Pastor Edson Praczyk

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de restaurantes, bares, hotéis, fast-foods e similares.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE RESTAURANTES, BARES, HOTÉIS, FAST-FOODS E SIMILARES. DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO ADEQUADA. ART. 6º, III, CDC. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, visa instituir no cardápio de restaurantes, bares, hotéis, fast-foods e similares, especificação e divulgação da quantidade de calorias presentes nos alimentos, objetivando oferecer conhecimento do valor calórico dos alimentos aos consumidores, já que hoje isso é feito somente com produtos industrializados e nas prateleiras do supermercado.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 16

qualquer fase de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressaltada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grito nosso)

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, conforme adiante transcrito:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grito nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

No mesmo sentido, determina a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, conforme artigo 13, incisos V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

Conforme justificativa do autor, nota-se que boa parte da população que sofre dos males da sociedade moderna, como a obesidade, o diabetes e as altas taxas de colesterol, alimenta-se nos fast-foods, lanchonetes e restaurantes, sem ter consciência do teor de gordura e calorias dos alimentos.

Da análise do projeto em tela, verifica-se que o objetivo é divulgar o valor calórico dos alimentos. Assim, trata-se de matéria de direito do consumidor à informação sobre produtos.

O artigo 6º da **LEI 8.078 DE 1990**, que instituiu o **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** no Brasil, cita os direitos básicos do



consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, conforme inciso III:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Da mesma forma, prevê a lei de proteção ao consumidor sobre a oferta dos produtos e condições de validade, em especial, a data de validade dos produtos anunciados, de acordo com o artigo 31, seguinte:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 19
4

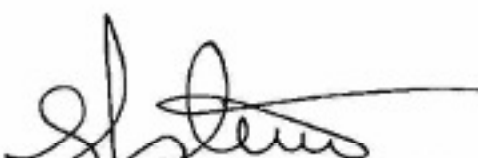
Assim, perfeitamente possível o presente assunto ser objeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma da EMENDA MODIFICATIVA, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 28 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA

Relator


Cesar Silvestri
Filho.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 20
4

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 839/2011

De acordo com o disposto no artigo 137, § 4º e 137, § 7º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o artigo 1º do Projeto de Lei n.º 839/2011 a contar com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares.

Art. 1º Ficam os bares, hotéis, restaurantes, fast-foods, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor, relação de todos os itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de carboidratos, proteínas, gorduras, sódio, a presença de glúten e o valor calórico contido nos alimentos, bem com a necessidade calórica de consumo diário para indivíduos por faixa etária e atividade.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 2012.

BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual

Artigos Jr

Alexandre
Curi

Renan Moura



Fila 2

A presente Emenda Modificativa Ampliativa ao Projeto de Lei n.º 839/2011, de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, faz-se necessária em razão da importância da especificação e inclusão de outros dados nutricionais para o conhecimento e esclarecimento dos consumidores.

A inclusão dos dados referentes à quantidade de carboidratos, proteínas, gorduras, sódio e a presença de glúten, propicia, de forma considerável, informação completa e essencial aos consumidores para o bem estar e equilíbrio alimentar.

Desta forma, evidencia-se a importância da inclusão de tais novos dados nutricionais ao Projeto de Lei n.º 839/2011, possibilitando instrumentos de informação e conhecimento aos consumidores no planejamento de uma alimentação saudável e equilibrada, que resultará na redução de doenças e problemas crônicos típicos de nossa época e que guardam relação com os hábitos alimentares atuais.

Isto exposto, solicita-se o apoio dos Deputados desta Assembleia Legislativa na aprovação da presente Emenda Modificativa Ampliativa ao Projeto de Lei 839/2011.

Handwritten signatures of the five members of the band The Beatles, arranged in a circle around the center of the document. The signatures are: John Lennon (top left), Paul McCartney (top right), George Harrison (middle right), Ringo Starr (bottom right), and Yoko Ono (bottom left).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 839/11

AUTOR: DEPUTADO EDSON PRACZYK.

SÚMULA: PROJETO DE LEI - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE BARES, HOTÉIS, RESTAURANTES, FAST-FOODS E SIMILARES.

FUNDAMENTAÇÃO

PESSOAS ESTÃO CADA VEZ MAIS OBESAS E POR ISSO É PRECISO COBRAR UMA TRANSPARÊNCIA DOS ESTABELECIMENTOS SOBRE OS INGREDIENTES UTILIZADOS. "O PROJETO FAVORECE QUE O CIDADÃO ESTEJA MAIS CONSCIENTE E ASSIM POSSA CUIDAR MELHOR DE SUA SAÚDE",

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente P.L. por estarem presentes todas os requisitos constitucionais, legais.


Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO



PRESIDENTE COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

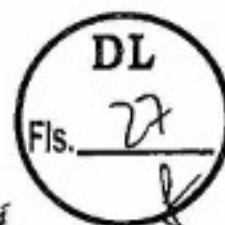


TONINHO WANDSCHEER

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 839/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, *fast-foods* e similares.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo que o consumidor tenha conhecimento sobre o que está ingerindo, equilibrando a sua alimentação e poderá ter sua atenção despertada para a necessidade de se alimentar melhor para ter uma vida com a mais qualidade.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 22/05/12

DR. BATISTA
Presidente

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SÚMULA: DISPÕEM SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE BARES, HOTÉIS, RESTAURANTES, FAST-FOODS E SIMILARES.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE DA ESPECIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA QUANTIDADE DE CALORIAS NOS CARDÁPIOS DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM ALIMENTOS - DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO ADEQUADA - APROVAÇÃO PELA CCJ - PARECER PELA APROVAÇÃO.

Página 1 de 2

PRÊAMBULO

Trata-se de projeto de Lei de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, em trâmite perante esta Casa de Lei sob o n. 839/11, objetivando restaurantes, bares, hotéis e similares a informar ao consumidor, por intermédio de seus cardápios, a quantidade de calorias dos alimentos ofertados.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cumpre-me ressaltar o artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), em relação ao direito do consumidor em ter acesso a informação adequada em relação às características e composição do produto por ele adquirido. "In verbis":



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:[...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...]"

Uma vez que o projeto em análise objetiva informar o consumidor acerca das calorias contidas nos alimentos comercializados se conclui que coaduna com o Código de Defesa do Consumidor, sendo a informação um direito básico do consumidor.

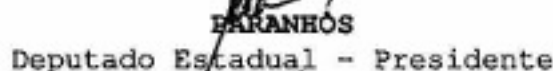
Desta forma, o presente projeto vem de encontro ao interesse dos consumidores, não havendo qualquer óbice a sua aprovação por esta comissão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual - Relator.


BARANHOS
Deputado Estadual - Presidente



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 839/2011 e 865/2011



O Projeto de Lei nº 839/2011, de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, passa a contar com a seguinte redação:

Emenda de Plenário nº	01
DAP	29 ABR. 2013
Visto	<i>Elencado</i>

"Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias, presença de glúten e lactose nos cardápios de bares, restaurantes, hotéis, fast-foods, similares e dá outras providências."

Art. 1º Ficam bares, hotéis, restaurantes, fast-foods, sorveterias, docerias, delicatesses e outros estabelecimentos que comercializem produtos prontos para consumo imediato, obrigados a manter à disposição do consumidor, cardápio contendo todos os itens comercializados pelos mesmos, com a respectiva quantidade de calorias a ser adquirida na ingestão dos produtos, bem como a presença de lactose e glúten nos alimentos.

§ 1º A relação de que trata o art. 1º deverá ser elaborada e assinada por nutricionista, com o respectivo número de sua inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas.

§ 2º A quantidade de calorias, a presença de lactose e glúten, deverão constar ao lado de cada produto, nos cardápios disponibilizados nos referidos estabelecimentos.

Art. 2º Para os itens de consumo já comercializados em quantidade porcionada, assim compreendida como: doces, sorvetes, salgados, bebidas elaboradas e similares como também nos casos de itens de consumo de quantidade variável, a critério do consumidor, como restaurantes de comida a quilo e outros, a quantidade de calorias e a presença de



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK



"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

lactose e glúten que trata o art. 1º deverá ser especificada a partir da porção e da medida caseira definida pela Resolução da ANVISA nº 359 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Os estabelecimentos de que trata a presente Lei terá o prazo de (180) cento e oitenta dias a partir de sua entrada em vigor, para se adequarem ao seu cumprimento.

Art. 5º O não cumprimento da presente Lei sujeita o infrator às seguintes sanções:

I – advertência por escrito;

II – multa de ~~R\$ 5.000,00~~ (cinco mil reais);

III – cassação da Inscrição Estadual.

80 UPF-PR Vale a rasatura

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2013.

Fernando Stankiewicz

Edson
PR. EDSON PRACZYK
Deputado Estadual

DE. BATISTA

Hermes
HERMAS BRANDÃO JR.
Deputado Estadual

TECILIO TORRES
Acario
Luiz Nogueira



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER A EMENDA SUBSTITUTIVA - PROJETOS DE LEI Nº 839/11 E 865/11

Projetos de Lei nº 839/11 e 865/11

Emenda Substitutiva Geral de Plenário

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de restaurantes, bares, hotéis, fast-foods e similares.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA.
POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §2º E 141, I, DO
REGIMENTO INTERNO DA ALEP.
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA
APROVAÇÃO DA EMENDA SUBSTITUTIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, visa instituir no cardápio de restaurantes, bares, hotéis, fast-foods e similares, especificação e divulgação da quantidade de calorias presentes nos alimentos, objetivando oferecer conhecimento do valor calórico dos alimentos aos consumidores, já que hoje isso é feito somente com produtos industrializados e nas prateleiras do supermercado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 29 de abril, a presente proposição recebeu Emenda Substitutiva de Plenário em segunda discussão. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados:

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

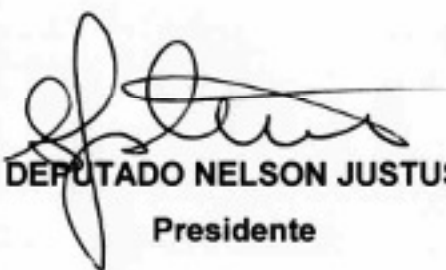


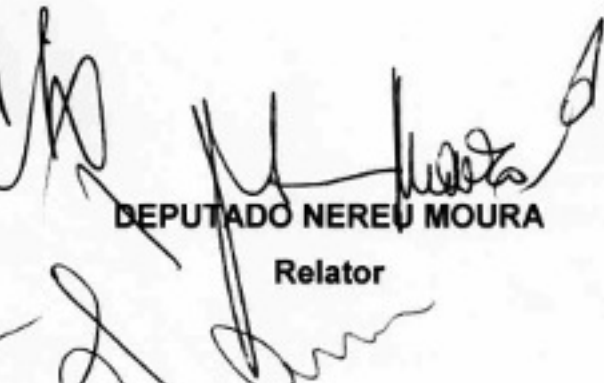
Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.


CONCLUSÃO


Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral de Plenário.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator


APROVADO

1405.13 



ANTEPROJETO DE LEI 148/2013

Súmula: Altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 11.362, de 12 de abril de 1996.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º O art. 3º da Lei Estadual nº 11.362, de 12 de abril de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A Conferência Estadual de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, é composta por representantes de instituições assistenciais, de organizações comunitárias, de associações municipais, sindicais e de profissionais do Estado do Paraná, bem como por representantes do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de propor diretrizes gerais de política de assistência social."

Art. 2º O § 1º do art. 9º da Lei Estadual nº 11.362/1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

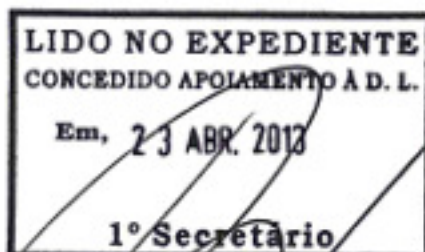
"Art. 9º (...)

§ 1º Os representantes da sociedade civil, a que se refere o inciso II deste artigo, serão eleitos em assembleia própria, sob a fiscalização do Ministério Público, devendo ser homologadas por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Estadual."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio do Governo, em 16 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



MENSAGEM
Nº 031 /2013

Curitiba, 16 de abril de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, 22/4/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 3º e ao § 1º do artigo 9º da Lei Estadual nº 11.362, de 12 de abril de 1996, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social, e adota outras providências.

O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, reunido ordinariamente nos dias 04 e 05/02/13, deliberou pelo encaminhamento de solicitação à Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS para alteração dos mencionados dispositivos da Lei nº 11.362/1996, que vinculam o processo eleitoral da sociedade civil à Conferência Estadual de Assistência Social.

Tal alteração se faz necessária, tendo em vista a urgência em adequar o processo eleitoral no formato de macrorregionais, como é realizado no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR.

A vinculação da eleição à Conferência engessa o período eleitoral ao ano de realização do referido evento, não dando a autonomia necessária para que o Conselho a realize próximo ao término do mandato dos atuais conselheiros.

Para tanto, cabe mencionar que a alteração da citada lei deve ocorrer antes da X Conferência Estadual, para que a eleição da sociedade civil no novo formato seja realizada somente em meados do ano de 2014.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.863.557-4



Pelo exposto é que proponho o presente Anteprojeto de Lei para aprovação dessa Egrégia Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 11362 - 12 de Abril de 1996

Publicado no Diário Oficial nº. 4735 de 12 de Abril de 1996

(vide Lei 16840 de 28/06/2011)

Súmula: Dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º. A assistência social, direito constitucional do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

Art. 2º. Para a consecução dos fins propostos pela assistência social e em atenção ao que dispõe a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, ficam instituídos:

- I** - a Conferência Estadual de Assistência Social;
- II** - o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS; e
- III** - o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

TÍTULO II
DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 3º. A Conferência Estadual de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, é composta por representantes de instituições assistenciais, de organizações comunitárias, de associações municipais, sindicais e de profissionais do Estado do Paraná, bem como por representantes do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de propor diretrizes gerais da política de assistência social e eleger os membros do Conselho Estadual de Assistência Social.

Parágrafo único. A Conferência Estadual de Assistência Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada 02 (dois) anos, por convocação do Conselho Estadual de Assistência Social e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do Conselho Estadual de Assistência Social ou de um terço de seus membros.

Art. 4º. A convocação da Conferência Estadual de Assistência Social deve ser divulgada através dos meios de comunicação social e diretamente às instituições que a ela se vinculem ou que sobre ela mantenham interesse.

Art. 5º. Os delegados da Conferência Estadual de Assistência Social serão eleitos em assembleias dos fóruns microrregionais convocadas para este fim específico, sob orientação do Conselho Estadual de Assistência Social, no período de 60 (sessenta) dias anteriores à data de



realização da conferência, sendo garantida a participação paritária de delegados de todas as microrregiões.

Parágrafo único. O Regimento Interno, a ser aprovado pelo CEAS, estabelecerá a forma de participação e de escolha dos delegados das entidades e organizações governamentais e não governamentais na Conferência Estadual de Assistência Social.

Art. 6º. Caberá à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família a responsabilidade pela convocação da I Conferência Estadual de Assistência Social.

TÍTULO III DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º. O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS é órgão colegiado de caráter deliberativo permanente, vinculando-se ao órgão estadual responsável pela coordenação das questões afetas à assistência social.

Art. 8º. Ao Conselho Estadual de Assistência Social compete:

I - a aprovação da Política de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e as diretrizes propostas pela Conferência Estadual de Assistência Social;

II - o acompanhamento e o controle da execução da Política Estadual de Assistência Social;

III - a aprovação do Plano Estadual Anual e Plurianual de Assistência Social;

IV - a normatização das ações e a regularização de prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, de acordo com as diretrizes propostas pela Conferência Estadual de Assistência Social e pela Política Nacional de Assistência Social, inclusive com a definição de critérios de qualidade;

V - o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e a aprovação dos programas a serem subsidiados com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e a definição de critérios de repasse de recursos destinados aos municípios;

VI - o estabelecimento de diretrizes, a apreciação e aprovação do plano de aplicação do Fundo Estadual de Assistência Social, bem como o acompanhamento da execução orçamentária e financeira anual dos seus recursos;

VII - a apreciação e a aprovação da proposta orçamentária de assistência social para compor o orçamento estadual;

VIII - a normatização das inscrições de entidades e organizações de assistência social no Conselho Estadual de Assistência Social, cuja área de atuação ultrapasse o limite de um só município;

IX - o zelo pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

X - a proposição de critérios para a celebração de contratos ou convênios entre os órgãos governamentais e não governamentais na área de assistência social;

XI - a fiscalização e a avaliação da gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XII - a proposição da formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de assistência social, no âmbito do Estado;

XIII - a publicação no Diário Oficial do Estado e em periódicos de circulação no Estado da súmula de suas atas e resoluções, bem como os demonstrativos das contas aprovadas do FEAS;



XIV - a regulamentação suplementar das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de acordo com o art. 22, da Lei nº. 8.742/93;

XV - o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização dos serviços de assistência social pelos órgãos governamentais e não governamentais do Estado, especialmente as condições de acesso da população usuária indicando as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;

XVI - a proposição de modificações nas estruturas do sistema estadual que visem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos dos usuários da assistência social;

XVII - o estímulo e o incentivo à atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas na prestação de serviços de assistência social;

XVIII - a convocação da Conferência Estadual de Assistência Social e o estabelecimento de suas normas de funcionamento em regimento próprio;

XIX - o acompanhamento e o controle das inscrições das entidades e organizações de assistência social nos respectivos Conselhos Municipais, mantendo cadastro atualizado;

XX - a articulação com os Conselhos Nacional e Municipais, bem como organizações governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, inclusive propondo intercâmbio, convênio ou outro meio, visando a superação de problemas sociais do Estado; e

XXI - a elaboração e a aprovação do seu Regimento Interno.

Art. 9º. O Conselho Estadual de Assistência Social é composto paritariamente por 30 (trinta) membros efetivos com respectivos suplentes, assim distribuídos:

I - 15 (quinze) representantes do Poder Público Estadual; e

II - 15 (quinze) representantes da sociedade civil, dentre organizações de usuários, das entidades ou organizações prestadoras de serviços de assistência social e de trabalhadores do setor.

§ 1º. As entidades não governamentais, a que se refere o "caput" deste artigo, serão eleitas em assembléias próprias na Conferência Estadual de Assistência Social, sob a fiscalização do Ministério Público, devendo ser homologadas por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 2º. Caberá às entidades não governamentais e aos órgãos públicos a indicação de seus respectivos representantes, no prazo de 10 (dez) dias, para a devida nomeação pelo Governador do Estado, sob pena de substituição, no caso das entidades não governamentais, por instituição suplente, conforme a ordem de votação.

§ 3º. Os representantes dos órgãos governamentais serão nomeados pelo Governador do Estado, por período indeterminado, podendo ser substituídos a qualquer tempo por integrantes das Secretarias de Estado com interesses afins.

§ 4º. Os representantes das entidades não governamentais, a que se refere o inciso II, deste artigo, serão nomeados para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 5º. As funções de membro do Conselho Estadual de Assistência Social não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado relevantes serviços de assistência social prestados ao Estado.

§ 6º. O Conselho Estadual de Assistência Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou da maioria de seus membros.

§ 7º. O Conselho Estadual de Assistência Social contará com um Secretário Executivo indicado



por seu presidente e aprovado pelo próprio Conselho.

Art. 10. A Secretaria de Estado afim com a matéria propiciará o necessário apoio técnico e administrativo, através de recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 11. A organização e o funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social serão disciplinados em regimento Interno, a ser aprovado por ato próprio do referido Conselho, no prazo de 90 (noventa) dias.

TÍTULO IV DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 12. O Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, instrumento de natureza contábil, instituído com a finalidade de destinar recursos para o atendimento e apoio técnico e financeiro aos serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza em âmbito regional ou local aos municípios, a título de participação, será gerido sob a orientação e controle administrativo do Conselho Estadual de Assistência Social, com o apoio técnico e administrativo do órgão responsável pela coordenação da política de assistência social.

Art. 13. Constituem recursos do FEAS:

~~I - dotação específica consignada no orçamento estadual para o Fundo e as verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;~~

I - valores obtidos pelo arredondamento de centavos para unidade de real, nos talões das tarifas de energia elétrica e de água e esgotos;
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~II - verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social;~~

II - dotações a ele consignadas nos orçamentos anuais do Estado;
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe sejam destinados;~~

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~IV - rendas eventuais, inclusive as decorrentes de depósitos e aplicações financeiras, bem como da venda de materiais, de publicações e da realização de eventos;~~

IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~V - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, patrimoniados ao órgão estadual responsável pela política de assistência social;~~

V - verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social;
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~VI - produto de convênios firmados com entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;~~

VI - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, patrimoniados ao órgão estadual responsável pela política de assistência social.
(Redação dada pela Lei 13166, de 21/06/2001)

~~VII - produto da arrecadação de multas e juros de mora, conforme destinação própria;~~

VII - produto de convênios firmados com entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 148/2013

Projeto de Lei nº 148/2013

Autor: Poder Executivo

Súmula: ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA, DA LEI ESTADUAL Nº 11.362, DE 12 DE ABRIL DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EMENTA: SISTEMA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. ALTERAÇÃO LEGAL. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, pretende alterar a forma de eleição dos membros do Conselho Estadual de Assistência Social.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

VISTA EM 29/04/2013

Dep. Pericles Mello

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, de acordo com o art. 174 da Constituição Estadual, as ações governamentais de assistência social, observada a competência da União, serão descentralizadas e integradas, cabendo ao Estado e Municípios a coordenação e execução, com participação das entidades beneficentes de assistência social e das comunidades.

Portanto, inexistem óbices legais ou constitucionais ao projeto.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão está em conformidade com a Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de se encontrar revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR





APROVADO

30.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



REQUERIMENTO

APROVADO
À Diretoria Legislativa.
Em, 24 ABR. 2013
Quarto
1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 148/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 148/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 031/13.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2013.

Ademar Traiano
Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

Anote-se e encaminhe
para Providências

25/4/13

Adaj



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
DA CIDADANIA sobre o projeto de Lei nº
148/2013, de autoria do Poder Executivo, que
*ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE
ESPECIFICA, DA LEI ESTADUAL N. 11.362,
DE 12 DE ABRIL DE 1996.*

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I- RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) nº 148/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, objetiva dar nova redação ao artigo 3º e ao § 1º do artigo 9º da Lei Estadual n. 148/2013, a qual dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social, e adota outras providências.

De acordo com a justificativa apresentada, o Conselho de Assistência Social – CEAS/PR, reunido ordinariamente nos dias 04 e 05 de janeiro do corrente ano,

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury | Edifício Tancredo Neves | Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806,
Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): [41] 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



deliberou pelo encaminhamento de solicitação à Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS para alteração dos mencionados dispositivos, os quais vinculam o processo eleitoral da sociedade civil à Conferência Estadual de Assistência Social.

Menciona que a alteração se faz necessária, considerando a urgência em adequar o processo eleitoral no formato de macrorregionais, como é realizado no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR.

Ainda, aduz que a vinculação da eleição à Conferência engessa o período eleitoral ao ano de realização do referido evento, não dando autonomia necessária para que o Conselho a realize próximo ao término do mandato dos atuais conselheiros.

Por fim, assevera que a pretendida alteração deve, necessariamente, ocorrer antes da X Conferência Estadual, para que a eleição da sociedade civil no novo formato seja realizada somente em meados do ano de 2014.

Uma vez encaminhada a Mensagem à esta Casa Legislativa, realizada as formalidades de praxe, foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça recebendo parecer favorável.

No regular trâmite da proposição, fora encaminhada a esta Comissão para a análise, considerando a matéria versada, bem como o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

É O RELATÓRIO.



II- ANÁLISE

Conforme mencionado no relatório, o PL visa alterar legislação relacionada a assistência social.

Assim, a matéria é diretamente conexa à competência desta comissão temática, sendo a mesma competente para exarar o presente parecer nos termos do artigo 33-U do Regimento Interno:

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

A proposição busca adequar o processo eleitoral da Conferência Estadual de Assistência Social, no que concerne a sociedade civil, ao formato de macrorregionais como já é realizado no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR).

Não há o que se discutir, quanto ao mérito da proposição, uma vez que procura tão somente adequar o processo eleitoral daquele órgão, não apresentando qualquer obstáculo a sua aprovação em sede desta Comissão.

Por fim, balizo como positiva a matéria proposta, do mesmo modo entendo que, em sede desta comissão, não há necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovada integralmente.

Ante o exposto, me ative exclusivamente ao mérito da proposição em relação à matéria relacionada aos Direitos Humanos, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise nas Comissões competentes.

É O VOTO.



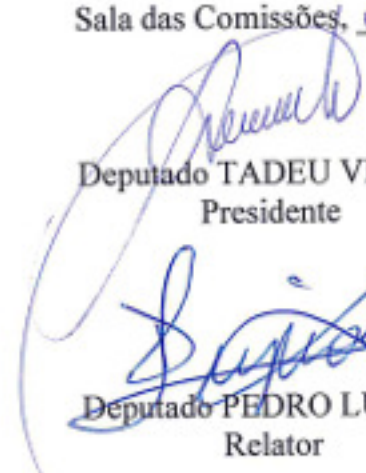
PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION




III – CONCLUSÃO

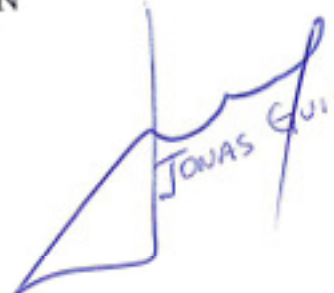
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 148/2013, de autoria PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 06 de MAIO de 2013.


Deputado TADEU VENERI
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


WILSON QUINTERO


JONAS GUIMARÃES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Liderança do Governo

Emenda de Plenário nº 02

DAP 15 MAIO 2013

Visto *Claudia*

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 148/2013



Altera a redação do art. 1º do
Projeto de Lei nº 148/2013

Art. 1º O art. 1º do Projeto de Lei nº 148/2013 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º O caput do art. 3º da Lei Estadual nº 11.362, de 12 de abril de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A Conferência Estadual de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, é composta por representantes de instituições assistenciais, de organizações comunitárias, de associações municipais, sindicais e de profissionais do Estado do Paraná, bem como por representantes do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de propor diretrizes gerais de política de assistência social."

Sala das Sessões, 15 de maio de 2013.

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

Ademar Traiano
General TERVO
Gilson Souza

Ademar Traiano
Curitiba
SAVANNA

15/05/2013 14:00:00
004336 DAP



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre emenda modificativa apresentada em plenário no projeto de Lei nº 148/2013, de autoria do Poder Executivo, que *ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA, DA LEI ESTADUAL N. 11.362, DE 12 DE ABRIL DE 1996.*

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I- RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) nº 148/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, objetiva dar nova redação ao artigo 3º e ao § 1º do artigo 9º da Lei Estadual n. 148/2013, a qual dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social, e adota outras providências.

De acordo com a justificativa apresentada, o Conselho de Assistência Social – CEAS/PR, reunido ordinariamente nos dias 04 e 05 de janeiro do corrente ano, deliberou pelo encaminhamento de solicitação à Assessoria Técnica da Secretaria de



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS para alteração dos mencionados dispositivos, os quais vinculam o processo eleitoral da sociedade civil à Conferência Estadual de Assistência Social.

Menciona que a alteração se faz necessária, considerando a urgência em adequar o processo eleitoral no formato de macrorregionais, como é realizado no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR.

Ainda, aduz que a vinculação da eleição à Conferência engeixa o período eleitoral ao ano de realização do referido evento, não dando autonomia necessária para que o Conselho a realize próximo ao término do mandato dos atuais conselheiros.

Por fim, assevera que a pretendida alteração deve, necessariamente, ocorrer antes da X Conferência Estadual, para que a eleição da sociedade civil no novo formato seja realizada somente em meados do ano de 2014.

Uma vez encaminhada a Mensagem à esta Casa Legislativa, realizada as formalidades de praxe, foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça recebendo parecer favorável.

No regular trâmite da proposição, fora encaminhada a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, na qual coube a este Parlamentar a relatoria, recebendo parecer favorável.

Porém, em plenário fora apresentada emenda substitutiva nos termos regimentais, na qual dá nova redação ao *caput* do artigo 3º da Lei Estadual n. 11.362 de 12 de abril de 1996, passando então a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 3º A Conferência Estadual de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, é composta por representantes de instituições



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



assistenciais, de organizações comunitárias, de associações municipais, sindicais e de profissionais do Estado do Paraná, bem como por representantes do Poder Executivo Estadual, com a finalidade de propor diretrizes gerais de política de assistência social."

Desta forma, o PL retornou a Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do Regimento Interno para análise de sua possibilidade, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação.

É O RELATÓRIO.

II- ANÁLISE

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão¹ é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Fala-se, destarte, unanimemente em "integridade do ordenamento jurídico" e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material² é observada quando o conteúdo de um ato jurídico obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal³, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto da emenda substitutiva, apresenta no PL em apreço, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I⁴, do Regimento Interno.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal e material da presente emenda.⁵

² Em relação a constitucionalidade formal V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

³ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.

⁴ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

⁵ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Desta forma, verifica-se que a emenda ora em tela está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Em relação a constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Em relação a constitucionalidade material, não se verifica qualquer conflito, da matéria em apreço, com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



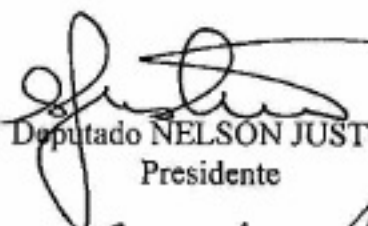
legislação infraconstitucional vigente, harmonizam-se com o ordenamento jurídico vigente, não havendo qualquer impedimento à aprovação da emenda substitutiva.

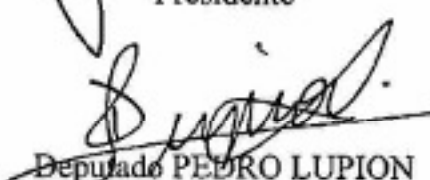
É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO da EMENDA SUBSTITUTIVA, apresentada em plenário no Projeto de Lei nº 148/2013, de autoria PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, 20 de Maio de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 ABR 2013


1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 1091/2013

Súmula: Declara de Utilidade Pública o ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede foro no Município de Maringá.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 2013.


DR. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de Utilidade Pública, o ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede foro no Município de Maringá, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivos institucionais o apoio, o desenvolvimento e a promoção de projetos de educação, pesquisa, desenvolvimento, inovação e tecnologia, congregando para tal, ações, programas e atividades.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 109/2013

Projeto de Lei nº. 109/2013
Autor: Deputado Dr. Batista

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **ICETI-
INSTITUTO CESUMAR DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**, com sede e foro no
Município de Maringá.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **ICETI-
INSTITUTO CESUMAR DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



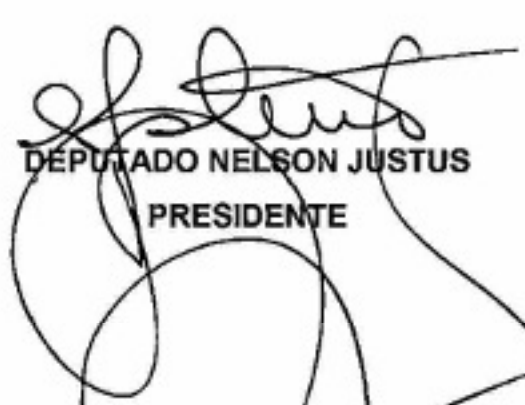
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO

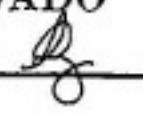
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



APROVADO

14.05.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 MAIO 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 191 /2013

Concede reajuste geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores da Assembleia Legislativa do Paraná.

Art. 1º Fica concedido aos integrantes do Quadro de Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o Reajuste Geral anual de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único O reajuste de que trata este artigo é estendido aos servidores inativos e aos pensionistas, cujo benefício seja oriundo da relação de dependência com servidor segurado que fora vinculado ao quadro de servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2º O índice fixado no Art. 1º desta Lei será implementado em folha de pagamento, sendo 3,2% (três vírgula dois por cento) no mês de maio de 2013 e 3,29% (três vírgula vinte e nove por cento) no mês de julho de 2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2013

Deputado VALDIR ROSSONI

PRESIDENTE

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

1º SECRETÁRIO

Deputado ADEMIR BIER

2º SECRETÁRIO

14:44 15/05/2013 00:43:12 BRZ 100.00.00.00 117.20.10.10 5.0.79

04842 JAP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa



JUSTIFICATIVA

A Assembleia Legislativa, respeitando o princípio isonômico, vem adotando a mesma data base utilizada pelo Poder Executivo para a revisão geral anual das remunerações, proventos e pensões dos respectivos servidores, em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.

A matéria traz anexo o Relatório de impacto da despesa, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2013.



Deputado **VALDIR ROSSONI**

PRÉSIDENTE



Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

1º SECRETÁRIO



Deputado **ADEMIR BIER**

2º SECRETÁRIO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



IMPACTO FINANCEIRO COM O REAJUSTE SALARIAL DE 6,49 %

Cálculo do Impacto financeiro com o reajuste de 6,49% ao salário dos funcionários: Efetivos, Pensionistas e Inativos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2013.

1)	Total de despesa com Pessoal no período de maio/2012 a abril/2013	101.297.245,35*
2)	Receita Corrente Líquida período de março/2012 a fevereiro/2013	22.286.523.631,55
	Percentual	0,45%
3)	Despesa com pessoal dos meses de janeiro, fevereiro e março/2013	21.110.571,01
4)	Total da despesa com pessoal com base no mês de abril/2013	7.882.382,97
5)	Reajuste anual referente 3,20% (maio)	252.236,25
6)	Total mensal da despesa com pessoal para os meses de maio e junho/2013	8.134.619,22
7)	Reajuste anual referente 3,29% (julho)	267.268,97
8)	Total da despesa com pessoal para o mês de julho/2013	8.402.248,19
9)	Despesa de pessoal maio/2013 a dezembro/2013, inclusive 13º salário.	75.084.975,77
10)	Total de gasto com pessoal no exercício de 2013 = (3+4+9)	104.077.929,75
11)	Total de gasto com pessoal no exercício de 2013 / R.C.L. (10/2*100)	0,47%

*considerando apenas os gastos com pessoal efetivo, pensionista e inativo.

OBS.:

1 - Os valores acima foram calculados sobre a Receita Corrente Líquida do período de março/2012 a fevereiro/2013, sem considerar qualquer aumento de Receita.

2 - Estimando um crescimento de 12,36% na Receita Corrente Líquida do exercício de 2013, totalizando R\$ 25.042.444.782,00, reduziria o índice de pessoal de 0,47% para 0,41%.

3 - O limite máximo (Incisos I, II e III do art. 22 da LRF) = 1,64%; e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) = 1,55%.


Receita Corrente Líquida referente aos 03 exercícios anteriores


Exercício de 2010 - R\$ 16.963.003.163,63


Exercício de 2011 - R\$ 19.713.401.709,34 - 16,21%

Exercício de 2012 - R\$ 22.286.523.631,55 - 13,05%

Curitiba, 15 de maio de 2013.


ROBERTO COSTA CURTA
Diretor Geral


CLEBER AUGUSTO CAVALLI
Diretor de Apoio Técnico


SÉRGIO BRUN
Diretor Financeiro



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do Anteprojeto de Lei, em anexo, que visa à recomposição salarial dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2013, aprovado pela Lei nº 17.398, de 18.12.2012 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.398, de 18.12.2012 (LDO).

Curitiba, 15 de maio de 2013

DEPUTADO ESTADUAL PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 191/13

Projeto de Lei nº. 191/13

Autor: Comissão Executiva

Súmula: Concede reajuste às remunerações, proventos e pensões dos servidores da Assembleia Legislativa do Paraná.

EMENTA: CONCEDE REAJUSTE GERAL ÀS REMUNERAÇÕES, PROVENTOS E PENSÕES DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 27, 54 E 65 DA CE. ARTS. 18, 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA ANEXA.

RESUMO

O projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, concede reajuste geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Pretende o projeto em comento aplicação do referido reajuste na forma de 3,2 % (três vírgula dois por cento) nos meses de maio e junho de 2013, e a partir de julho do corrente ano adiciona-se o reajuste de 2,29 % (três vírgula vinte e nove por cento), sendo que após o período



estabelecido, estarão os servidores recebendo completamente os valores propostos de 6,49 % (seis vírgula quarenta e nove por cento).

Durante a análise da possibilidade legal da concessão do reajuste pretendido, não foram encontrados óbices que ensejassem a rejeição do projeto em análise, assim como, não se afere vícios de constitucionalidade, fato que também não impede sua aprovação, conforme a diante pode ser notado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Acerca da iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Como se trata de projeto cujo mérito trata-se de reajuste de remuneração de servidor do Legislativo, imperioso a necessidade de observar o art. 18 do Regimento Interno desta Casa de Leis, determinando a competência da Mesa Executiva em iniciar o processo legislativo no caso de fixação da respectiva remuneração, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

(...)

III - Iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

(...)

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Há de se destacar que o Regimento Interno ao autorizar a Mesa Executiva o início do processo legislativo quando se tratar de remuneração de cargos e funções está cumprindo determinação prevista na Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
(Grifamos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, relativo a Constitucionalidade da matéria, é de ser demonstrar que encontra o projeto de Lei em comento guaria no artigo 27 da Constituição Estadual, o qual estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Apurada a constitucionalidade do presente projeto de Lei, indispensável mencionar que se trata de medida a qual gerará aumento de despesas do Proponente, por isso a necessidade de apurar se tal elevação nas despesas estão de acordo com o corolário da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ao que se refere a legalidade do projeto em relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00, não existem óbices, uma vez que estão apresentados Relatório de Impacto Financeiro, bem como Declaração do Ordenador de Despesas.

Vislumbra-se, portanto, que a Comissão Executiva detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei: -

Ademais, para o fim de sanar eventuais vícios, sugere-se a Emenda modificativa anexa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR








Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 191/2013

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Art. 2º O índice fixado no Art. 1º desta Lei será implementado em folha de pagamento, sendo 3,2% (três vírgula dois por cento) no mês de maio de 2013 e 3,19% (três vírgula dezenove por cento) no mês de julho de 2013."

Sala das Comissões, 20 de maio de 2013

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 191/13

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo da Comissão Executiva e objetiva conceder reajuste geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores da Assembleia Legislativa do Paraná.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) atende ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual e, ainda, alcança os servidores inativos e pensionistas.

Ressalta o autor, que a implementação do reajuste se dará da seguinte forma: 3,2% (três vírgula dois por cento) no mês de maio de 2013; e, 3,29% (três vírgula vinte e nove por cento) no mês de julho de 2013.

Observe-se que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa do Paraná.

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro com o reajuste de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) ao salário dos funcionários efetivos, pensionistas e inativos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2013, terá a despesa de pessoal nos meses de maio/2013 a dezembro/2013, inclusive com o 13º salário no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 16

valor de R\$75.084.975,77 (setenta e cinco milhões, oitenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos), conforme Informação dos Diretores Financeiro, Geral e de Apoio Técnico.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada pela Declaração do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2013, aprovado pela Lei nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 - LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela LDO.

CONCLUSÃO

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** com a **Emenda Modificativa** apresentada pela **Comissão de Constituição e Justiça**, corrigindo o valor da segunda parcela do reajuste para 3,19% (três vírgula dezenove por cento).

É o parecer.

Sala das Comissões, 21/05/13.


DEPUTADO WALDYR PUELLESI
PRESIDENTE


DEPUTADO ELCIO RUCH
RELATOR